

Eixo Temático 6 - Organização da Informação e do Conhecimento

OS DESAFIOS DO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

THE CHALLENGES OF THE CENTRAL ARCHIVE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS

Pollyana Cássia Gonzaga Ferreira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
pollygonzagaferreira@gmail.com

Francisca Rosaline Leite Mota – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
francisca.mota@ichca.ufal.br

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho caracteriza o Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas a fim de identificar sua política arquivística e seu papel junto à universidade. É um estudo qualitativo, com abordagem descritiva e bibliográfica. Considera a importância do Arquivo Central para a comunidade acadêmica e que ele deve ser disponibilizado de forma organizada e acessível a todos os interessados, garantindo o desenvolvimento de novos tipos de conhecimento e a preservação da memória institucional. Os resultados apontam que o Arquivo Central carece de iniciativas de gestão de documentos, preservação digital sistêmica e transparência ativa que auxiliem na salvaguarda dos documentos e na memória institucional.

Palavras-chave: arquivos universitários; Ciência da Informação; Ifes; memória institucional.

Abstract: *The work characterizes the Central Archive of the Federal University of Alagoas in order to identify its archival policy and its role with the university. It is a qualitative study, with a descriptive and bibliographical approach. Considers the importance of the Central Archive for the academic community and that it should be made available in an organized and accessible way to all interested parties, ensuring the development of new types of knowledge and the preservation of institutional memory. The results indicate that the Central Archive lacks document management initiatives, systemic digital preservation and active transparency that help safeguard documents and institutional memory.*

Keywords: *university archives; Information Science; Ifes; institutional memory.*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 28), o Arquivo Central é responsável pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos de uma administração, podendo ou não assumir a centralização do armazenamento, também chamado arquivo geral. Assim, falaremos sobre o Arquivo Central Ufal desde a sua concepção até a estruturação atual.

Abordaremos a sua missão, responsabilidades, bem como as atividades desenvolvidas e a importância para a preservação da memória institucional da universidade.

O Arquivo Central (AC) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) é um arquivo institucional, localizado no Campus Aristóteles Calazans Simões (A.C. Simões), na cidade de Maceió. Possui sob sua guarda documentos da época da fundação da universidade, no ano de 1961. Inaugurado em 2007, o AC é subordinado ao Sistema de Bibliotecas Ufal (SiBi/Ufal), desde o dia 13 de novembro de 2012.

A missão do Arquivo Central da Ufal é salvaguardar os registros de atos administrativos e acadêmicos e demais acontecimentos importantes da Ufal, bem como zelar pelo adequado armazenamento, preservação e conservação da documentação, buscando oferecer consultoria e orientação técnica para a organização dos documentos de atividades “meio e fim”. Suas atividades técnicas arquivísticas são rigorosamente pautadas pelas Normas e Legislação Arquivística Nacional, bem como pelas determinações emanadas do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos.

No exercício de suas funções, o Arquivo Central executa também atividades técnicas arquivísticas no tratamento da documentação, no que concerne ao recebimento, higienização, conferência, avaliação, seleção, classificação e codificação, conforme a tipologia documental, os prazos prescricionais, a destinação final para eliminação ou guarda permanente, ou seja, a normatização dos procedimentos técnicos aplicados em todo acervo de informação, produzido nas unidades do Campus A. C. Simões e arquivos dos demais campi da Universidade, assumindo a centralização do armazenamento da documentação.

Hoje, os desafios enfrentados pelo Arquivo Central interferem na preservação da massa documental sob sua guarda, a unidade de informação precisa se transformar digitalmente com a adoção de tecnologias que possam gerir e preservar os documentos analógicos e digitais. O setor não dispõe de Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) e nem Plataformas Arquivísticas de Acesso e Difusão, como, por exemplo, *International Council on Archives - Access to Memory* (ICA-Atom). Isso ocasiona um sério problema que pode trazer danos para a preservação da memória institucional, das ações da instituição e segurança jurídica.

Destarte, o Arquivo Central com apenas 15 anos de existência na Ufal, um setor

relativamente jovem, porém com uma grande importância dentro da estrutura administrativa da instituição por sua atuação imprescindível na guarda e gestão dos documentos, proporcionando à comunidade universitária o acesso à informação, assim como recontar a memória institucional. Nos registros deste arquivo, é possível perceber a construção da identidade da universidade, o desenvolvimento da instituição, da comunidade universitária como um todo – docentes, técnicos e discentes – ao longo dos anos de trabalho e a pluralidade de lembranças dentro do contexto organizacional.

2 O CAMINHO PERCORRIDO PELOS DOCUMENTOS ATÉ O ARQUIVO CENTRAL

A importância dos arquivos nas organizações passa, necessariamente, pela reflexão e compreensão do que significam arquivos e documentos. Para Carvalho e Longo (2002), o sistema de arquivo é considerado “a solução encontrada por instituições para administrar a produção documental desde a geração ou recebimento até o seu destino final, com ênfase na preservação, compartilhamento e disseminação das informações” (CARVALHO; LONGO, 2002, p. 117). O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005) assim define sistema de arquivos:

Um conjunto de arquivos de uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pública ou privada, que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos técnicos comuns (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 156).

Quando a informação é produzida na Universidade Federal de Alagoas, gera um documento híbrido ou digital, dependendo do suporte em que foi gerado, pode se transformar num processo ou um documento único, que será encaminhado ao final do cumprimento de todas as suas fases documentais ao Arquivo Central. O caminho começa com produção da informação nos setores e a implantação de códigos de assunto no Protocolo Geral. Nos setores, os documentos devem ser organizados por meio de um plano de classificação; neste local será tratada a informação produzida, a qual faz parte da Gestão Documental. Santana Filho (2016, p. 6), afirma:

A experiência da Universidade com o tratamento dos documentos de arquivo era pautada no empirismo, ausência da aplicação de procedimentos e técnicas de

organização fundamentadas nos conceitos e princípios da Arquivologia. Porém, no ano de 2005 esta situação tornou-se diferente com a contratação do primeiro arquivista. Assim, inicia a gênese da organização e tratamento técnico adequado.

As informações sobre o processo ou documento que tramita a partir do Protocolo Geral possuem uma capa do processo ou folha, onde estão descritos todos os campos necessários para serem preenchidos com as informações determinadas pelas tabelas de temporalidade documental das atividades-meio e atividades-fim da universidade. Cada processo/documento possui uma idade documental específica e, de acordo com a tipologia, existe um prazo prescricional ou temporalidade do processo ou documento, que determina em qual fase documental deve permanecer.

O setor responsável pela produção da documentação deve fazer a identificação e a classificação, conforme o Código de Classificação de Documentos de Arquivo, tanto para as atividades-meio quanto para as atividades-fim. A partir disso, é possível a aplicação da Tabela de Temporalidade, pois ela refere-se aos procedimentos adotados para a seleção e destinação dos documentos, após cumpridos os prazos de guarda estabelecidos. Santana Filho (2021, p. 2) aponta que:

Nas Instituições de Educação Superior (IES), a organização do acervo acadêmico é fundamentada pela Portaria n.º 315, de 4 de abril de 2018, a qual dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância (BRASIL, 2018). Bem como, pela Portaria MEC n.º 1.261, de 23 de dezembro de 2013, que determina o uso obrigatório do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das IFES, aprovada pela Portaria n.º 92, de 23 de setembro de 2011, do Arquivo Nacional, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2011.

Em 2014, o Governo Federal implantou o Sistema de Informações Gerenciais do Siga (SIG-Siga), um sistema informatizado, previsto no Art. 10 do Decreto nº 4.915 de 12 de dezembro de 2003, com a finalidade de gerenciar e integrar os serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Diante disso, a Ufal deu início aos processos eletrônicos no âmbito da instituição, com normativas e providências no sentido de avançar na oferta de serviços e fluxo documental interno em formato virtual. E, ao longo desses anos, de acordo com a gestão da universidade, tudo tem sido feito em prol da economicidade, melhoria da comunicação e, agora, para atender ao requisito legal.

Em continuidade, por força da Portaria nº 360 de 18 de maio de 2022, do Ministério da Educação (MEC), foi vedada a produção de novos documentos integrantes do acervo acadêmico em suporte físico impresso, assim a exigência de que os processos na instituição sejam totalmente eletrônicos é de extrema importância. Diante disso, por meio da Portaria Interna nº 1.286 de 19 de dezembro de 2022, a Ufal, desde fevereiro de 2023, passou a operar integralmente o processo eletrônico no âmbito da universidade, onde somente são aceitos processos criados eletronicamente via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac).

Com o crescimento de documentos produzidos pela universidade, inclusive documentos arquivísticos digitais, a Ufal deve garantir a manutenção da autenticidade, preservação e acesso a longo prazo dessa massa documental, considerando que parte desses documentos são de longa temporalidade ou guarda permanente. Assim, o Arquivo Central precisa adotar, ou melhor, promover, a institucionalização de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) para a preservação a longo prazo dos documentos digitais produzidos pela universidade.

A Portaria MEC nº 613, de 18 de agosto de 2022, em seu art. 7º determina que “as IES pertencentes ao sistema federal de ensino superior deverão possuir Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), de acordo com as normas vigentes do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq” (BRASIL, 2022), ou seja, já existe uma política de alto nível, de caráter pedagógico, solicitando que as Ifes assumam o compromisso e implantem seus repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Nessa direção, a Ufal precisa adequar seu principal arquivo, qual seja, o Arquivo Central.

Além disso, as Ifes devem priorizar a transparência dos seus atos. Essa transparência pode ocorrer de duas formas: ativa ou passiva. Na transparência ativa, a divulgação de informações é realizada por iniciativa do próprio órgão, sem que tenha sido solicitada pelo cidadão, ou seja, disponível em site oficial, portal da transparência. Na transparência passiva, o indivíduo só obtém as informações após pedir à Administração Pública, no atendimento presencial e/ou ferramenta eletrônica para envio de pedidos. “Destaca-se a utilização de plataformas informatizadas para a difusão, descrição e acesso aos documentos de arquivo, tal como o ICA-AtoM” (LIMA; FLORES, 2016, p. 212); essas plataformas

promovem a transparência ativa das instituições pelo empoderamento dos cidadãos e suscita a patrimonialização dos arquivos como lugar de memória digital.

Verifica-se que a Universidade Federal de Alagoas ainda carece melhorar e avançar no que diz respeito à Transformação Digital (TD), sobretudo no atendimento às demandas atuais da sociedade e dos usuários de arquivos. Embora a universidade possua um Plano de TD, aprovado pela Resolução nº 20 de 09 de março de 2021 do Conselho Universitário (Consuni/Ufal), pouco foi realizado para que a instituição acompanhe os avanços tecnológicos.

3 O ARQUIVO CENTRAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA UFAL

A finalidade do Arquivo Central é servir à administração pública da Universidade Federal de Alagoas, tendo como instrumento de apoio os documentos por ele protegidos e preservados, visando a sua utilização. Quando o documento não servir mais à administração, pode ser selecionado para servir de fonte para história e memória da universidade. Compete também ao AC a coordenação técnica da documentação a sua guarda, nomeadamente produzida ou recebida pela instituição e seus setores de expediente.

Este importante setor tem a função de custodiar a Documentação Intermediária ou Segunda Idade Documental e a Documentação Permanente ou Terceira Idade Documental. Esses registros são importantes para compreensão da comunidade acadêmica, informações orgânicas, patrimônio cultural único e insubstituível. Assim, é fundamental a preservação e estudo, como também devem ser multiplicadas as ações de acesso à informação e preservação da memória institucional. Dessa maneira,

A constituição de memória, especificamente nos Arquivos, se procede naquele classificado como “Permanente” ou, como é mais usualmente conhecido, “Arquivos Históricos”. É neste Arquivo em que se encontram os documentos de relevância sociocultural e que devem ser preservados perpetuamente. As informações desses documentos espelham a sociedade e a época em que o Arquivo se insere, formando, dessa maneira, um manancial de memória à disposição para consulta (BRITTO; MOKARZEL; CORRADI, 2017, p. 163).

Os arquivos universitários representam a vida dos alunos, professores e funcionários que circulam no espaço universitário. É preciso que a comunidade universitária faça

constantemente a reflexão de que memória a instituição quer deixar, pois ela está sendo decidida agora, no momento presente. Os documentos considerados de valor permanente e histórico para a Ufal são recolhidos para compor o acervo documental permanente, no espaço determinado para armazenagem desta documentação de importância para a história da instituição.

“Os arquivos [...] constituem unidades de informação que exercem importantes funções na Sociedade da Informação. Essas unidades são detentoras de informação que quando contextualizada proporciona valor ao usuário, agregando-lhe novos conhecimentos” (ANNA; CAMPOS; CALMON, 2015, p. 95). As unidades de informação são apropriadas para a construção dos “lugares de memória” por conterem as estruturas básicas de organização da informação, independente da sua natureza.

O conceito de lugar de memória foi criado por Pierre Nora: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Para o autor, o tempo em que vivemos, os países e os grupos sociais sofreram uma íntima mudança na relação que mantinham com o passado. Pierre Nora acredita que a cultura contemporânea se situa na relação entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.

A memória também significa a manifestação e materialização dos registros considerados históricos em patrimônio cultural e social a partir do estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação. Esses registros históricos, por meio dessa memória, tentam perpetuar a existência e é possível perpetuar a identidade de um povo permanecendo além da sua própria trajetória histórica. Segundo Lodolini (1990, p. 157 *apud* JARDIM, 1995, p. 4):

Desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja,

sem os arquivos. A vida mesma não existiria - ao menos sob a forma que nós conhecemos - sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros “arquivos”.

Para Thiesen (2013) toda memória é institucional. Ao que tudo indica, há relação de reciprocidade entre memória e instituição, e tais relações devem ser problematizadas no sentido de verificarmos em que medida determinam as ações de resgate ou de destruição da memória institucional. Ainda segundo a autora, a memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para a sua memória; é a sua verdade, o que deve ser selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo. Assim, a preservação desta memória garante informações confiáveis sobre a entidade, que podem ser utilizadas nas tomadas de decisão diariamente, conseguindo, desta maneira, manter uma coerência dos atos institucionais. Bellotto (1989, p. 24):

Um sistema de arquivo em cada universidade deve e pode criar condições de otimização das funções-fins de ensino, pesquisa e extensão, ademais das próprias atividades-meio da área administrativa. Ademais, passado o uso primário do documento (o uso administrativo, ligado diretamente à sua criação) se ele for considerado de valor permanente irá integrar a “memória” da universidade.

A ligação entre arquivo e memória é revelada por diversos teóricos, tais como Duranti (1994, p. 50), que nos explica que “através de milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação”, e Bellotto (1989, p. 81) que afirma que “a finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior, é, pois, comprovadamente, o acesso à informação, seja em que idade documental for e, conseqüentemente, em que âmbito arquivístico for”. Calderon *et al.* (2004, p. 98-99) afirmam que:

Nesse sentido, resgatam-se as definições contidas em manuais clássicos da área, nos quais arquivo é o “[...] conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5). Em qualquer instituição os arquivos, que são produzidos organicamente, refletem inicialmente as ações realizadas para cumprir sua missão e conseqüentemente se tornam a história/memória desta.

Desse modo, em alguma medida, podemos traçar um paralelo entre o arquivo com a existência também das instituições. Neste sentido, a Universidade Federal de Alagoas existe

e atua também por meio do Arquivo Central, que é, portanto, ao mesmo tempo, instrumento e prova dessa atuação. Como se observa, é no arquivo que está toda a memória da produção acadêmica e administrativa da universidade. O Arquivo Central constituirá, no futuro, matéria para a construção de narrativas históricas e memoriais sobre a instituição e sobre os fatos em que ela teve participação. Carpes e Flores (2013, p. 13) observam que:

O conceito de arquivo e o conceito de memória possuem uma relação intrínseca. A associação entre arquivos e memória é recorrente no pensamento e nas práticas arquivísticas. Ainda assim, somente a partir da década de noventa que os arquivos universitários começaram a ser objeto de estudo na arquivística, e compreendidos como custodiadores da memória institucional.

“A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação [...] dos documentos eletrônicos (de arquivo) fortalece a discussão sobre a qualidade, a quantidade e a diversidade das informações geradas por essas instituições” (DODEBEI, 2015, p. 5). Britto, Mokarzel e Corradi (2017) afirmam que a digitalização dos acervos é a ação mais eficiente atualmente para preservação e acesso das informações de documentos antigos, uma maneira de manter a memória “salva” e disponível a quem desejar.

Neste sentido, a Universidade Federal de Alagoas existe e atua também por meio do Arquivo Central, que é, portanto, ao mesmo tempo, instrumento e prova dessa atuação. Como se observa, é no arquivo que está toda a memória da produção acadêmica e administrativa da universidade. O Arquivo Central constituirá, no futuro, matéria para a construção de narrativas históricas e memoriais sobre a instituição e sobre os fatos em que ela teve participação. Carpes e Flores (2013, p. 13) observam que:

O conceito de arquivo e o conceito de memória possuem uma relação intrínseca. A associação entre arquivos e memória é recorrente no pensamento e nas práticas arquivísticas. Ainda assim, somente a partir da década de noventa que os arquivos universitários começaram a ser objeto de estudo na arquivística, e compreendidos como custodiadores da memória institucional.

“A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação [...] dos documentos eletrônicos (de arquivo) fortalece a discussão sobre a qualidade, a quantidade e a diversidade das informações geradas por essas instituições” (DODEBEI, 2015, p. 5). Britto, Mokarzel e Corradi (2017) afirmam que a digitalização dos

acervos é a ação mais eficiente atualmente para preservação e acesso das informações de documentos antigos, uma maneira de manter a memória “salva” e disponível a quem desejar.

Hoje, em muitas instituições, a patrimonialização do lugar de memória é realizada por meio de plataformas de acesso e difusão, tais como a *International Concilie on Archives - Access to Memory* (ICA-AtoM). “O AtoM surgiu em 2003, pelo relatório da Comissão de Tecnologia de Informação do ICA (Conselho Internacional de Arquivos)” (MAZUCO; FLORES, 2020, p. 519). “O ato de patrimonializar implica conferir o estatuto de patrimônio para um bem material ou imaterial, a partir do reconhecimento de seu valor identitário, histórico, representativo de tradições culturais” (PELEGRINI, 2018, p. 89). Logo, os espaços de memória digital auxiliam na difusão e preservação das informações com o auxílio da internet, colocando-nos diante da necessidade de alargar nossa compreensão sobre os espaços memoriais no que diz respeito ao nosso passado.

No contexto digital, a memória necessita de um espaço, um lugar, um lócus, para que o acervo digital possibilite uma memória mais precisa, fidedigna e preservada, as Plataformas Arquivísticas de Acesso e Difusão desempenham este lugar de memória digital. São ambientes relacionados ao exercício do direito à memória digital, um lugar de memória que pode ser acessado em qualquer parte do mundo onde exista um computador com acesso à internet. “Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de um espaço para ser ativada e estimulada” (SEEMANN, 2002, p. 44).

4 METODOLOGIA

É um estudo de um arquivo localizado em uma universidade pública federal, desenvolvido quanto aos objetivos como pesquisa descritiva e bibliográfica. O estudo contempla aspectos relacionados às temáticas da Ciência da Informação, Arquivologia e Memória Institucional. A pesquisa foi empreendida com a utilização de questionário e a técnica escolhida para verificação dos dados foi a análise de conteúdo “um conjunto de

instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p. 15).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No questionário perguntou-se as atividades que os servidores do AC desenvolvem no setor. Diante do exposto, os profissionais especificaram as atividades que executam no AC, tais como: organização, classificação dos documentos; confecção de espelhos para caixas de arquivo; codificação de acordo com a tabela de temporalidade etc. Os dados revelam que as atividades de gestão de documentos do AC são essencialmente manuais, tal constatação fortalece o entendimento de que é necessário trabalhar fortemente a questão da gestão eletrônica e preservação digital de documentos.

Os servidores foram indagados se o Arquivo Central consegue atender plenamente a necessidade informacional da universidade no que diz respeito à salvaguarda e gestão dos documentos arquivísticos. Nesse quesito, 100% dos servidores responderam que o AC não atende às necessidades informacionais da Ufal, e o principal motivo é a falta de uma política de gestão documental regulamentada na instituição. Calderon *et al.* (2004) afirmam que a gestão de documentos consiste no melhor uso e conservação do arquivo no tocante à utilização das melhores tecnologias e sistemas de arquivo e de recuperação de informações.

Sabemos que “a memória da instituição é muito importante na conservação dos documentos do arquivo, por isso o empenho e dedicação dos profissionais e da universidade são fundamentais para a vida do arquivo universitário” (BOSO *et al.* 2007, p. 129). Nesta perspectiva, os servidores foram questionados se consideram que o Arquivo Central é reconhecido por seu papel estratégico e memória institucional. No entanto, para maioria dos servidores o AC não é reconhecido pelo papel que representa.

Os dados da pesquisa também apontam que a Ufal precisa avançar na Transformação Digital, é importante ressaltar que para haver de fato uma Transformação Digital dentro da instituição é necessário que a cultura de gestão esteja alinhada com esse novo momento que estamos vivendo. A instituição não dispõe de tecnologias de gestão e preservação arquivística, tais como: Repositório Arquivístico Digital Confiável e Plataforma Arquivística de

Acesso e Difusão, softwares essenciais para a preservação, transparência e acesso de documentos no ambiente virtual.

É preciso melhorar as condições de funcionamento do Arquivo Central. A falta de recursos é o maior óbice e interfere substancialmente no trabalho que precisa ser realizado, muitas vezes, não se consegue atender a metade das necessidades que o local apresenta, principalmente em relação aos recursos financeiros. A falta de políticas públicas nas Ifes direcionadas a este espaço e a ausência de orçamento disponível. “As políticas públicas arquivísticas são fundamentais [...] base para a gestão de documentos, principalmente nos arquivos das instituições públicas, como é o caso das universidades [...] (CARPES; CASTANHO, 2011, p. 193). Segundo Carpes e Castanho (2011), as políticas públicas direcionadas aos arquivos públicos servem como subsídio e orientação para o desenvolvimento das atividades arquivísticas.

Mesmo com tantas adversidades é perceptível na Ufal os esforços envidados para aperfeiçoar as condições estruturais e do parque tecnológico. Contudo, muito ainda há de se fazer para aprimorar e adequar o Arquivo Central às demandas internas e externas à instituição, seja no que se refere à administração, questões jurídicas e preservação da memória. Fica evidente que a Ufal precisa investir em processos de gestão que sejam capazes de beneficiar o funcionamento do Arquivo Central; ações pautadas no advento de tecnologias, na transparência ativa, acessibilidade digital, informatização dos serviços, para que o arquivo permita o pleno acesso à informação e ao conhecimento através dos documentos sob sua guarda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo é dar relevância e protagonismo ao Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas, para que essa unidade de informação possa ser reconhecida pela comunidade universitária por sua importância e relevância, e seja capaz de difundir seu acervo com responsabilidade, transparência e colaborar com a administração pública, atendendo às necessidades informacionais da sociedade.

Através da análise dos dados pode-se considerar que os participantes da pesquisa concordam a respeito da importância deste arquivo, mesmo com as dificuldades e necessidades desse espaço de difusão do conhecimento. Conseguem perceber que através dos registros documentais é legítima a construção da identidade da universidade, o desenvolvimento da instituição, da comunidade universitária como um todo - docentes, técnicos e discentes - ao longo dos anos de trabalho e a pluralidade de lembranças dentro do contexto organizacional.

A falta de recursos financeiros nas Ifes é um óbice, há ainda muito a ser feito, principalmente nos níveis político e de infraestrutura, para produzir os resultados eficazes e eficientes de uma política de gestão documental e informacional para a Ufal. Infelizmente, essa escassez de recursos se reflete nas práticas de gestão documental da instituição que são baseadas na organização dos documentos com procedimentos arquivísticos manuais, ultrapassados e sem tecnologia.

A caracterização dessa unidade de informação, empreendida pela pesquisa, pode permitir que os processos dentro deste espaço sejam melhorados e a disponibilização da informação e acesso para o público sejam aperfeiçoados. Além disso, essa compreensão permitiu a discussão entre os participantes sobre a real importância desse arquivo, sob o olhar das necessidades atuais de informação num mundo cada vez mais digital.

Pode-se concluir que a Universidade Federal de Alagoas vive um processo delicado com relação ao seu acervo. Pois, somente parte do que se refere ao seu acervo está em condição de atender às necessidades de consulta dos servidores e comunidade universitária. Esse estudo abre “janelas de oportunidade” para outras propostas a serem realizadas visto que a pesquisa realizada não esgota a discussão sobre a importância dos arquivos universitários das Ifes, tampouco sobre as conexões entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Isto posto, espera-se que este estudo possibilite o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. I. de; VITORIANO, M. C. de C. P. Diagnóstico de arquivos e mapeamento da informação: interlocução da gestão documental com a gestão da informação. **Em Questão**,

Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 68–95, 2018. Disponível em:
<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75830>. Acesso em: 22 out. 2022.

ARAÚJO, J. J. de; AGANETTE, E. C. Gestão de documentos arquivísticos: diagnóstico situacional em Escolas Estaduais de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/37089>. Acesso em: 19 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, n. 10, p. 81-83, 1989.

BIZELLO, M. L. Organização e acesso à informação no ambiente universitário. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 497–510, 2017. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31467>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BOSO, A. K. et al. Importância do arquivo universitário. The importance of the university archives p. 123-131. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 123-131, mar. 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/488/627>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 613, de 18 de agosto de 2022**. Regulamenta o art. 4º da Portaria MEC nº 360, de 18 de maio de 2022. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-613-de-18-de-agosto-de-2022-423583397>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 04 jul. 2021.

CALDERON, W. R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3. 2004. Disponível em:
<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CARPES, F. S.; CASTANHO, D. M. A política nacional de arquivos na perspectiva das universidades federais do rio grande do sul. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo

Horizonte, v. 16, n. 4, p. 192-211, 2011. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38694>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CARVALHO, W. P. de. **Arquivos universitários de entidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro**: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/765>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CÉ, G; FLORES, D. Archivematica e ICA-AtoM (AtoM) como Plataformas do Ambiente de Preservação e Acesso de Documentos Arquivísticos. CENDOC, **Revista Comemorativa aos 48 anos do CENDOC — Centro de Documentação da Aeronáutica**, 2017. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/344694665_Archivematica_e_ICA-AtoM_AtoM_como_Plataformas_do_Ambiente_de_Preservacao_e_Acesso_de_Documentos_Arquivisticos. Acesso em: 23 dez. 2022.

FLORES, D. A transformação digital compulsória que vem acometendo os arquivos, os documentos e arquivistas. quais subsídios temos para uma tomada de decisão: disruptiva ou inovação sustentada? 2022. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 9., 2022, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Ala, 2022. Disponível em:
<https://mailchi.mp/f5306e446422/boletn-digital-de-la-ala-15328275?e=d0174a84fe>. Acesso em: 23 jan. 2023.

GERONIMO, M. B.; BIZELLO, M. L. **A organização de arquivos universitários**: reflexo da arquivística integrada na implementação dos sistemas de arquivo. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/184117>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDSCHMIDT, R; REIS, B. D. F. Democracia digital. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 18, n. 01, p. 177-200, dec. 2019. Disponível em:
<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3211>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LIMA, E. S; FLORES, D; LIMA, E. D. S. A utilização do ica-atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 207-227, 2016. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/24234>. Acesso em: 24 nov. 2022.

OHIRA, M. L. B. et al. Gestão de documentos em Arquivos Universitários: estudo de caso no Arquivo Central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2004.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda.,1998.

RONCAGLIO, C. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 178–194, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2227>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SANTANA FILHO, D. D. Arquivos Universitários: A organização de acervo acadêmico na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **Archeion Online**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 51–68, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion/article/view/57573>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SANTANA FILHO, D. de. **Desafios para a implantação da gestão de documentos na Universidade Federal de Alagoas**. 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/artigo_07.php. Acesso em: 23 jun. 2022.

SANTOS, H. M. D.; FLORES, D. As vulnerabilidades dos documentos digitais: obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital. **Biblios (Peru)**, n. 59, p. 45-54, 2015. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/215>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SANTOS, H. M. D.; FLORES, D. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 198-218, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36891>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SEEMANN, J. O espaço da memória e a memórias do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 4, n. 1, 2012. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/77/74>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SCHWAITZER, L. de B. da S. LGPD, instituições públicas e profissionais de arquivo: uma reflexão necessária. **Revista do Arquivo**, a. V, n. 9, out. 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/dossie_entrevista_01.php. Acesso em: 22 jun. 2022.

VITORIANO, M. C. C. P. A relação entre gestão da informação e gestão documental na arquivologia: mapeamento do tema em publicações científicas brasileiras. **Palavra Clave (Argentina)**, v. 7 No 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66380>. Acesso em: 24 out. 2022.